

Em qualquer outra sociedade, a conjunção de fatos como a realização simultânea de uma revisão da Constituição Nacional, a ocorrência de eleições gerais e a implementação de um complexo Plano de Estabilização Econômica, por certo, geraria um clima de sadio otimismo, além de mobilizar muito intensamente os segmentos expressivos da nação.

No entanto, o que vemos no Brasil, nos dias que correm?

A revisão constitucional arrasta-se, como se não fosse essa uma belíssima oportunidade para promovermos a tão necessária melhoria de nossas instituições políticas.

Creio não estar exagerando, ao enfatizar que o Congresso revisor parece ter perdido o próprio sentido do que significa para o Brasil dispor de uma Constituição efetiva!

Todos parecem discutir as alternativas constitucionais com o zelo burocrático de estar votando apenas mais um projeto de lei.

Numa segunda frente, há pouco mais de seis meses de distância do primeiro turno das eleições gerais, a campanha eleitoral segue, igualmente, uma trajetória inusitada.

Após ter assumido um ritmo mais intenso em meados do segundo semestre do ano passado, o momento atual é de virtual paralisação, com as candidaturas sendo negadas e renegadas; os eleitores demonstrando ceticismo e apatia; e os partidos políticos em franca desagregação em termos de objetivos e coesão interna.

Por seu turno, o Executivo — hoje praticamente paralisado, apenas restrito às ações na área do combate à inflação — tem seu comando virtualmente transferido ao ministro da Fazenda, que segue implementando seu Plano de Estabilização Econômica, que, simultaneamente, serve de lastro à sua candidatura à Presidência da República.

Um fator coadjuvante em todo esse quadro de apatia e non sense é o generalizado desprestígio da classe política brasileira, que, lamentavelmente, não soube preservar a credibilidade construída em 1992, com o processo de impedimento do ex-presidente Collor, ou com as in-

vestigações em torno das práticas da Comissão Mista de Orçamento, mais recentemente.

Esse é um ambiente institucional deplorável, sobretudo porque estamos, em verdade, deixando escapar o que certamente é a grande oportunidade, nestes anos finais do século XX, de refletirmos sobre a trajetória que queremos seguir como sociedade.

Chamo a atenção para o contraste de todo esse quadro institucional, frente aos graves problemas sociais da realidade brasileira.

Basta ler, ainda que superficialmente, os jornais diários, ou assistir ao noticiário noturno na televisão, para constatar essa dualidade.

De um lado, a fome, a miséria, a insegurança nas grandes cidades, as dificuldades de fazer frente à carestia de produtos e serviços essenciais ao dia-a-dia das famílias, ou a generalizada deterioração da provisão de bens e serviços públicos, como nas áreas de ensino, saúde, transportes e estradas.

A tudo isso, contrapõem-se os impasses e casuísmos da discussão em torno da revisão constitucional, bem como as sutilezas da retórica oficial, insistindo na perfeição analítica do Plano Econômico, que segue prometendo inflação zero, em meio a um perverso comportamento dos preços da cesta básica.

Por seu turno, o próprio Congresso Nacional fornece elementos para que a população brasileira construa um diagnóstico de ceticismo quanto às virtudes do Governo representativo.

Certamente, a grande perplexidade da população é entender por que não demonstramos a mesma perseverança e agilidade — de que fomos capazes nos episódios de 1992 e na apuração do “escândalo do Orçamento” — quando se trata de decidirmos quanto às leis essenciais para a vida da coletividade brasileira.

Frente a tudo isso, é espantoso que acontecimentos sociais de maior gravidade ainda não tenham ocorrido, contribuindo para agravar os problemas sociais e econômicos do Brasil.

É precisamente por essa pers-

pectiva que enfatizo a gravidade da atual conjuntura institucional.

Estamos deixando escapar a chance de forjar uma nova ordem econômica e social para o País, através de melhoria das regras constitucionais, e de um mais amplo e intenso engajamento da população no processo político-eleitoral — dois condutos essenciais da democracia constitucional.

É curioso notar que mesmo aqueles que se batem pela modernização e liberação de nossa economia parecem esquecer que tal ordem econômica pressupõe instituições políticas democráticas: são elas que asseguram um resultado econômico justo e sustentado.

Aos partidos políticos cabe imensa responsabilidade, em todo esse quadro de acontecimentos.

Ao longo dos últimos anos, a habilidade dos partidos políticos brasileiros de atender aos grupos de interesses declinou especialmente porque esses grupos passaram a ter acesso direto aos políticos, dispensando-se de ter os partidos como seus intermediários.

Uma evidência deplorável dessa tendência pode ser constatada nas recentes investigações da CPI do Orçamento da União.

Todavia, hoje, os partidos políticos servem, especialmente, para canalizar anseios e reclamos dos politicamente fracos.

Por sua ideologia, por seu programa, o partido político tornou-se o denominador comum para amplos segmentos da população que não dispõem de condições para articular seus interesses, ou para se organizar como grupo de pressão.

Com a desagregação partidária que se observa no Brasil, esses amplos segmentos da população vêm sendo postos à margem da mudança política, porque não têm como interagir mais eficazmente com o processo político.

Esse é possivelmente o mecanismo mais relevante a explicar o tão grande contingente de “excluídos” na nossa sociedade — tema que costuma ser discutido de forma tão acalorada, quanto pouco iluminada...

■ Gilberto Miranda é senador pelo PMDB-AM